



Arquivo

O senador condena a política em relação ao capital externo

Campos aponta distorções de um sistema estatizante

O senador Roberto Campos, do PDS de Mato Grosso, disse ontem que o Brasil enfrenta um antagonismo entre o regime teórico, que defende, em favor da economia de mercado e a realidade de um sistema estatizado que ocorre na prática. Durante palestra realizada na sede da Ordem e do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo, Roberto Campos assinalou que, apesar do sistema privado teoricamente praticado no País, o Estado detém cerca de 70% da poupança, 60% dos investimentos e 45% dos dispêndios totais, o que, segundo ele, pode ser interpretado como uma sociedade cripto-socialista.

Após assinalar que na prática o Brasil tem uma economia muito mais centralizada do que em países que assumem a sua realidade socialista, o senador Roberto Campos disse que a grande diferença entre a empresa privada nacional e a empresa estatal é que a primeira é controlada pelo governo, e que a empresa pública não é controlada por ninguém.

INVESTIMENTOS X EMPRÉSTIMOS

O ex-ministro do Planejamento condenou também a postura adotada pelo Brasil em relação ao capital externo, na medida em que o País tem preferido se utilizar de capital de empréstimos ao mesmo tempo em que cria barreiras para o capital de investimento. Ele explicou que nos últimos vinte anos os investimentos estrangeiros no País proporcionaram remessas de lucros para o Exterior da ordem de 5% ao ano, enquanto o capital de empréstimo tem um custo oscilante que varia de 6 a 21%, dando uma média de 13 a 14%, ou seja, com uma sangria muito maior de recursos

que o Brasil tem de investimento externos ("esse absurdo — disse o

senador — pode ser verificado agora pela humilhação que o País atravessa ao ver que, devido à sua situação de estrangulamento externo, nossos problemas econômicos e nossas saídas para essa crise estão sendo discutidas lá fora, isso porque preferimos o capital de empréstimo. O senador Roberto Campos condenou o protecionismo adotado pelo País em relação à reserva de mercado para prospecção de petróleo, lembrando que os contratos de risco só foram abertos depois do primeiro choque do petróleo, quando as grandes empresas do setor já se haviam orientado para países que ofereciam condições mais favoráveis. O senador defendeu ainda a abertura do mercado de informática para os investimentos estrangeiros, assinalando que a reserva praticada até agora favorece apenas a um cartório constituído por aqueles que têm acesso às benesses governamentais.

LEI SALARIAL

O senador Roberto Campos defendeu a necessidade de aprovação de mudanças na política salarial, por entender que essa medida é muito importante para a redução da inflação e para distribuir os sacrifícios da crise econômica. As mudanças, segundo ele, deveriam ocorrer, porém, dentro de um contexto de medidas que penalizasse também setores privilegiados da economia. Participaram como debatedores da palestra proferida por Roberto Campos o economista Marcel Solimeo, da Associação Comercial; o economista José Paschoal Rosset, do Mackenzie, e o administrador de empresa Jorge Horri. Segundo Solimeo, é difícil discutir se existe no Brasil uma economia de comando ou uma economia de mercado como propôs o senador Roberto Campos, "porque o Brasil é um país sem comando e sem mercado".

Anbid propõe plano de recuperação econômica

Da sucursal do RIO

O presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid), Ary Waddington, propôs ontem a adoção de um plano de recuperação da economia brasileira, com investimentos de Cr\$ 1,5 trilhão por mês principalmente na indústria de construção civil, por ser esta geradora de empregos e não utilizadora de matérias-primas ou equipamentos importados.

Os recursos de Cr\$ 1,5 trilhão por mês correspondem a US\$ 1,5 bilhão que o Brasil está deixando de pagar ao Exterior, e cuja amortização deverá ser adiada por cinco anos, de acordo com os entendimentos em curso com os banqueiros estrangeiros. Segundo disse Waddington, o valor de Cr\$ 1,5 trilhão resulta dos depósitos em cruzeiros que importadores brasileiros têm feito, por mês, no Banco

Central, e cujo pagamento em dólares tem deixado de ser transferido ao Exterior, pela falta de divisas com que o País se defronta.

"Trata-se de um mecanismo de contenção dos meios de pagamento, pois equivale à retirada de Cr\$ 1,5 trilhão por mês da circulação monetária", observou o presidente da Anbid. Mas ele se mostrou preocupado diante da possibilidade de que, à falta de um programa de recuperação econômica, o governo resolva utilizar aqueles recursos para financiar o déficit público e das empresas estatais, ou aumente os subsídios às exportações e ao crédito agrícola, provocando, assim, maior expansão dos meios de pagamento e da inflação. O "dólar atrasado", segundo Waddington, deveria servir prioritariamente para o governo fazer maciços investimentos em setores prioritários da economia, a começar pela indústria da construção civil.